2025 | Volume 9 | Pág. 1 a 11

DOI: https://doi.org/10.15536/reducarmais.9.2025.4245

Revista Educar Mais

Resenha: Educação como Prática da Liberdade de Paulo Freire

Review: Education as the Practice of Freedom by Paulo Freire

Reseña: La educación como práctica de la libertad de Paulo Freire

Cristiano da Silva Buss[1]

RESUMO

Educação como Prática da Liberdade é o primeiro livro escrito por Paulo Freire. A obra, chamada de ensaio pelo autor, tem sua fundamentação teórica nas leituras e estudos que Paulo Freire fez, bebendo das fontes mais profundas e respeitáveis da filosofia e das teorias educacionais. Entretanto, o texto não é composto apenas de teorias. Freire era um homem do povo e lutava pela emersão popular, pela possibilidade de as pessoas simples terem liberdade e criticidade para pelo menos gerenciarem suas próprias vidas. Por isso, o livro carrega a experiência do autor em inúmeros processos de alfabetização popular, pois sabia que esse era um caminho para a tomada de consciência da situação real vivida pelos alfabetizandos. A bem-sucedida aplicação de seu método na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963, possibilitou a alfabetização de 300 cortadores de cana em 45 dias. O presidente João Goulart, à época, aprovou a replicação do método em todo o Brasil. Os trabalhos foram iniciados em janeiro de 1964, mas interrompidos ainda na fase de organização pelo Golpe de Estado de 31 de março daquele ano. Considerado subversivo, Paulo Freire foi preso e posteriormente exilado. E foi justamente o exílio que lhe permitiu organizar suas ideias e seus escritos, produzindo no Chile o livro em questão. Em seus quatro capítulos, Freire inicia com a abordagem de conceitos importantes e fundamentais que permeiam toda a obra. Em seguida, apresenta uma explanação histórica da realidade brasileira que aponta nossa inexperiência democrática. Na sequência, expõe o desafio e a necessidade de uma educação crítica e libertadora, uma educação que, antes de tudo, é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. No último capítulo, Freire apresenta seu método de alfabetização de adultos. O texto que segue é uma compilação das ideias do autor expressas nessa obra. Não chega a ser uma resenha, pois não será exibido uma análise crítica, mas apenas um esforço de ordenar os conceitos apresentados por Freire. Por óbvio, um maior entendimento requer a leitura atenta e prazerosa da integra do livro.

Palavras-chave: Paulo Freire; Democracia; Alfabetização de adultos; Educação popular; Diálogo.

ABSTRACT

Education as a Practice of Freedom is the first book written by Paulo Freire. The work, which the author calls an essay, is theoretically grounded in Freire's readings and studies, drawing from the most profound and authoritative sources of philosophy and educational theories. However, the text is not composed solely of theories. Freire was a man of the people and fought for popular emergence, for the possibility of ordinary people having the freedom and critical thinking to at least manage their own lives. Therefore, the book reflects the author's experience in countless popular literacy processes, as he knew this was a path to awareness of the real situation experienced by literacy students. The successful application of his method in the city of Angicos, Rio Grande do Norte, in 1963 enabled 300 sugarcane cutters to learn to read and write in 45 days. President João Goulart, at the time, approved the replication of the method throughout Brazil. Work began in January

[1] Licenciado em Física, Especialista em Ensino de Ciências e Matemática, Mestre em Educação, Doutor em Educação em Ciências e Docente do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul/CaVG), Pelotas/RS – Brasil. E-mail: cristianobuss@ifsul.edu.br

CC BY-NC 4.0
e-ISSN 2237-9185

1964, but was interrupted while still in the organizational phase by the coup d'état of March 31 of that year. Considered subversive, Paulo Freire was arrested and subsequently exiled. It was precisely this exile that allowed him to organize his ideas and writings, producing the book in question in Chile. In its four chapters, Freire begins by addressing important and fundamental concepts that permeate the entire work. He then presents a historical explanation of the Brazilian reality that highlights our lack of democratic experience. He then exposes the challenge and need for a critical and liberating education—an education that, above all, is an act of love and, therefore, an act of courage. In the final chapter, Freire presents his method for teaching adult literacy. The following text is a compilation of the author's ideas expressed in this work. It is not a review, as it will not provide a critical analysis, but merely an effort to organize the concepts presented by Freire. Obviously, a deeper understanding requires a careful and enjoyable reading of the book in its entirety.

Keywords: *Paulo Freire; Democracy; Adult literacy; Popular education; Dialogue.*

RESUMEN

La educación como práctica de libertad es el primer libro escrito por Paulo Freire. La obra, que el autor denomina ensayo, se fundamenta teóricamente en las lecturas y estudios de Freire, recurriendo a las fuentes más profundas y autorizadas de la filosofía y las teorías educativas. Sin embargo, el texto no se compone únicamente de teorías. Freire fue un hombre del pueblo y luchó por la emergencia popular, por la posibilidad de que la gente común tuviera la libertad y el pensamiento crítico para, al menos, gestionar sus propias vidas. Por lo tanto, el libro refleja la experiencia del autor en innumerables procesos de alfabetización popular, pues sabía que este era un camino hacia la concienciación de la situación real que vivían los estudiantes de alfabetización. La exitosa aplicación de su método en la ciudad de Angicos, Rio Grande do Norte, en 1963, permitió que 300 cortadores de caña de azúcar aprendieran a leer y escribir en 45 días. El entonces presidente João Goulart aprobó la replicación del método en todo Brasil. Las obras comenzaron en enero de 1964, pero se interrumpieron mientras aún se encontraban en fase organizativa por el golpe de Estado del 31 de marzo de ese año. Considerado subversivo, Paulo Freire fue arrestado y posteriormente exiliado. Fue precisamente este exilio lo que le permitió organizar sus ideas y escritos, publicando el libro en cuestión en Chile. En sus cuatro capítulos, Freire comienza abordando conceptos importantes y fundamentales que permean toda la obra. A continuación, presenta una explicación histórica de la realidad brasileña que pone de relieve nuestra falta de experiencia democrática. A continuación, expone el desafío y la necesidad de una educación crítica y liberadora: una educación que, ante todo, sea un acto de amor y, por lo tanto, un acto de valentía. En el capítulo final, Freire presenta su método de alfabetización de adultos. El siguiente texto es una recopilación de las ideas del autor expresadas en esta obra. No se trata de una reseña, ya que no ofrecerá un análisis crítico, sino simplemente un esfuerzo por organizar los conceptos presentados por Freire. Obviamente, una comprensión más profunda requiere una lectura atenta y amena del libro en su totalidad.

Palabras clave: *Paulo Freire; Democracia; Alfabetización de adultos; Educación popular; Diálogo.*

RESENHA

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em Recife (PE), em 19 de setembro de 1921. Foi um filósofo e, mais do que isso, um educador que atuou na prática da alfabetização popular. Reconhecido internacionalmente, é autor de diversas obras importantes, entre elas, '*Educação como Prática da Liberdade*' e '*Pedagogia do Oprimido*'. Paulo Freire faleceu em 2 de maio de 1997 em São Paulo e pela Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012, é o Patrono da Educação Brasileira.

O livro '*Educação como Prática da Liberdade*', chamado de ensaio pelo autor, foi escrito em 1965 enquanto Paulo Freire estava exilado no Chile, uma vez que sua prática político-pedagógica de cunho libertadora foi considerada subversiva pelos golpistas de 1964. No Brasil a obra foi publicada apenas em 1967, pela editora Paz e Terra. O texto original traz a capa desenhada por Thiago de Mello e uma apresentação com o título '*PAULO FREIRE ou o Poder da Palavra*' escrita por Pierre Furter que observa

CC BY-NC 4.0
e-ISSN 2237-9185

e exalta a condição dialógica do texto, a oralidade de Paulo Freire bem como a autorização que sua práxis confere para falar e tratar de liberdade, democracia e justiça.

A introdução do livro é feita por Francisco C. Weffort que escreve um texto intitulado '*Educação e Política (Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade)*'. Weffort ressalta inicialmente que a obra tem uma base prática, isto é, fundamenta-se muito mais nas ações nos movimentos da democratização da cultura do que em elaborações teóricas: "Suas ideias nascem como uma das expressões da emergência política das classes populares e, ao mesmo tempo, conduzem a uma reflexão e a uma prática dirigidas sobre o movimento popular" (p. 3)[i]. Em seguida, apresenta explicações sobre o funcionamento do círculo de cultura destacando a visão libertadora presente nesta pedagogia, bem como o respeito destinado aos alfabetizandos, o cuidado com a escolha das palavras geradoras e os debates proporcionados em cada situação de ensino: "a alfabetização e a conscientização jamais se separam" (p. 5).

Os movimentos de educação popular trazem à tona a conscientização da população e seus anseios por liberdade que, por sua vez, podem ser o início de uma posição de luta. Afinal,

> Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão; se muitos dos trabalhadores recém-alfabetizados aderiram ao movimento de organização dos sindicatos é porque eles próprios perceberam um caminho legítimo para a defesa de seus interesses e de seus companheiros de trabalho (p. 11).

Essa possibilidade de ascensão das classes menos favorecidas, de ampliação democrática da participação popular, dá o alerta às classes dominantes que optam por atacar Paulo Freire evocando fantasmas e rótulos de comunista ao educador. Não combateram o fato dele estar atuando na alfabetização, pois essa é uma retórica comum daqueles que discursam muito mais em função da manutenção de seus privilégios. Sempre acomodaram as classes populares emergentes, domesticando-as. No entanto, sabiam que as ações de Paulo Freire continham implicações políticas que interessavam ao povo e não às elites. Percebiam que a docilidade tradicional diminuía e que já era difícil que os trabalhadores renunciassem sua própria liberdade e, por isso, agiram. Suprimiram o regime que permitia a liberdade. Fizeram a revolução antes que o povo a fizesse.

Weffort também comenta que as ações de Paulo Freire tinham capacidade de alterar um cômodo cenário em que a democracia era parcial e seletiva, pois os analfabetos não podiam participar dos processos eleitorais. Dessa forma, a manutenção do poder entre setores tradicionais era facilmente garantida. Surge a pergunta: o "que ocorreria se fosse permitida a participação (através do voto) do conjunto das classes populares?" (p. 19). o próprio Weffort responde que isso poderia significar o fim da história política de muitos dos setores privilegiados. Por fim, esse texto inicial alerta para o perigo do populismo que seria uma espécie de pacto entre alguns setores da elite e as massas urbanas. Esses intermediários atuam de acordo com os interesses em jogo ora fazendo a mobilização democrática, ora manipulando e acalmando as massas. Oscilam entre a defesa das reivindicações populares e a manutenção de um status quo dos interesses dominantes.

Em seguida, é apresentado o poema '*Canção Para os Fonemas da Alegria*', escrito por Thiago de Mello, uma espécie de dedicatória ao livro em questão. Na sequência, Paulo Freire faz a dedicatória da obra a seus pais, seu tio, a sua esposa Elza e aos seus cinco filhos e além de apresentar agradecimentos aos homens simples do povo, aos analfabetos com quem tanto aprendeu. Antes de iniciar os quatro capítulos do ensaio, Paulo Freire apresenta três páginas de esclarecimentos. Nelas,

CC BY-NC 4.0
e-ISSN 2237-9185

o autor relata que o seu esforço educativo foi desenvolvido numa sociedade que estava em mudanças. Havia o desafio de superar o ontem, suplantar uma sociedade comandada por uma elite superposta a seu mundo em que o homem[ii] era mais coisa do que o homem mesmo. E trocar esse cenário por essa nova sociedade, descolonizada e independente. Por isso, a educação das massas se faz absolutamente necessária, mas não aquela alienada e alienante e sim, uma educação com força de mudança e de libertação. Uma educação não para a formação do homem-objeto, mas para o desenvolvimento do homem-sujeito. Salienta também que a defesa de uma educação libertadora enfrentaria reações de forças cujo interesse estava na alienação do homem e da sociedade Brasileira. Forças que distorcem a realidade e criam a falsa ilusão da defesa da dignidade e da liberdade quando na verdade domesticam e oprimem. Por isso, o livro contará o empenho para expulsar essas sombras empregando uma prática de educação realmente libertadora.

O primeiro capítulo do livro é denominado '*A Sociedade Brasileira em Transição*' e exibe um texto em que vários conceitos são apresentados. Paulo Freire inicia afirmando que o homem é um ser de relações e, por isso, é plural, transcendente, crítico, consequente e temporal. Para esse indivíduo, o mundo é uma realidade objetiva possível de ser conhecida, ele está com o mundo e não apenas no mundo. Na esfera das relações, o homem tem o reconhecimento da temporalidade e, por isso, é capaz de incorporar e modificar o tempo. Tem a marca da liberdade, é um sujeito integrado e tem o compromisso de não se deixar levar pela acomodação e pelo ajustamento. Apresenta a mente criativa e criadora, domina a realidade e responde aos desafios alterando, criando e decidindo participar de épocas históricas, não permitindo a imobilidade. O homem que se relaciona com o mundo é completamente oposto àqueles da esfera do contato que apresentam as características de serem singulares, passivos, espectadores, imóveis, que se ajustam ao mundo adaptando-se e acomodando-se.

O autor segue discorrendo sobre a pluralidade das relações do homem que lhe dão a característica de transcendência, pois esse reconhece sua plenitude e sua finitude. Argumenta que o ser humano tem propriedades de não ficar alienado ao tempo e ao espaço, é um ser criador e interferidor. Tem a característica de exercer domínio de intervir sobre a realidade, pois é da sua característica integrar-se ao seu contexto. E essa integração carrega a marca da liberdade, pois "toda vez que se suprime a liberdade, fica ele um ser meramente ajustado ou acomodado" (p. 42). Justamente a integração é que possibilita ao homem os atos de criação, recriação, e decisão que, a partir daí, permite a transformação da sociedade. Ao responder aos desafios alterando, criando e não permitindo a imobilidade, o homem humaniza-se. Em função disso, o autor menciona que:

> Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões (p. 43).

Ao renunciar sua capacidade de decidir, acaba por seguir prescrições e, com isso, massifica-se, acomoda-se e é domesticado, adotando um eu que não lhe pertence. Rebaixa-se a um puro objeto: coisifica-se. Por isso, o autor assinala a necessidade de uma permanente atitude crítica, pois esse é o modo pelo qual manterá a sua vocação natural de integrar-se e não ser passivo. Essa também é uma forma de manter sua humanização e, para isso, deve estar intelectualmente preparado para que não tome decisões puramente instintivas e emocionais. Mesmo diante deste alerta, o autor aponta para uma percepção, um reconhecimento da existência de homens esmagados, diminuídos, acomodados, convertidos em espectadores. São classes dirigidas por forças sociais poderosas que os

CC BY-NC 4.0
e-ISSN 2237-9185

deixam tragicamente assustados. Homens escravizados, manipulado por prescrições que lhes são impostas ou nas palavras do próprio Paulo Freire "quase sempre maciamente doadas" (p. 45).

Os grupos dominados, muitas vezes disfarçados de homens otimistas e modernos, mas que não passam de objetos, de indivíduos desumanizados, têm dificuldades em perceberem que, em determinados momentos, as sociedades vivem uma passagem de transição para outras épocas que exigem flexibilidade e rapidez no entendimento das mudanças. E é justamente nestas épocas que acontecem os embates entre os valores de ontem, que buscam a preservação, e os valores emergentes, do amanhã. Nestas fases, se o homem não procurar a integração, se não tiver a vicissitude de aprender os mistérios carregados de futuro, o entendimento dos valores que estão em jogo, será um simples joguete.

Paulo Freire exemplifica a época em que o país vivia a passagem de uma para outra época e relata que aos educadores não foi possível discutir temas relacionados ao novo clima cultural que se instalava. Ele mesmo pergunta: "que temas e que tarefas teriam sido esvaziadas e estariam esvaziando-se na sociedade brasileira de que decorressem a superação de uma época e a passagem para outra?" (p. 46). E responde: "Todos os temas e todas as tarefas características de uma 'sociedade fechada'. [...] A que correspondia a tarefa alienada e alienante de suas elites. Elites distanciadas do povo" (p. 46). Por isso, reafirma que a educação na fase de trânsito deve incorporar o dinamismo da época, o entendimento de que a mudança numa sociedade se faz com idas e vindas, com avanços e recuos. E esses recuos podem corresponder ao medo e à desesperança, mas não são um trânsito para trás, não detém a transição, pois o momento de trânsito pertence ao amanhã.

Todo esse arcabouço teórico encaixa na explicação que ele dá ao analisar a época de em que trabalhou com a educação popular nos anos anteriores ao golpe militar. Salienta que partiu de uma sociedade com precária vida urbana, com alarmantes índices de analfabetismo e que acabou rachando em decorrência da ruptura das forças que mantinham esta sociedade fechada. Essa quebra causou divisões entre os homens e nas instituições que se aprofundaram à medida em que aumentaram as contradições entre velhos e novos temas, entre radicais e sectários. Radical, no entendimento do autor, é o homem que atua de maneira crítica:

> O homem radical na sua opção não nega o direito do outro de optar. Não pretende impor a sua opção. Dialoga sobre ela. Está convencido de seu acerto, mas respeita no outro o direito de também julgar se certo. [...] Tem o dever [...] de reagir à violência dos que lhe pretendem impor silêncio. Dos que, em nome da liberdade, matam, em si e nele, a própria liberdade (p. 49-50).

O autor prossegue relatando que a sociedade que se encontrava fechada, percebe uma rachadura nessa época de trânsito e emerge, descruza os braços e renuncia a expectação. O combate a este movimento vem com a atitude das elites em defender a suposta 'democracia', preservando o povo das 'ideias exóticas' trazidas pelos então subversivos. Unindo forças internas e externas, os mandatários optam por trazerem soluções assistencialistas. No entanto, o autor relata o perigo do assistencialismo pelo seu violento antidiálogo que impõem ao homem a passividade e não lhe dá condições de desenvolvimento ou abertura da sua consciência. E sem essa consciência é impossível ao homem brasileiro integrar-se à uma sociedade de transição. O resultado é a sua massificação.

A partir deste ponto, Paulo Freire vai chamar de 'intransitividade da consciência' a sociedade com características fechadas como era a brasileira, em que o homem é muito limitado nas questões de apreensão dos problemas sociais. No entanto à medida que amplia o seu poder de captação, no

CC BY-NC 4.0
e-ISSN 2237-9185

momento em que aumenta o seu diálogo com o mundo eles se transitiva. Essa passagem da intransitividade consciente para uma transitividade ingênua é muito comum nos centros urbanos. É um caminho que se dá quase automático conforme avança a modernização e o progresso.

A característica do homem na fase transitiva ingênua é, entre tantos outros aspectos, a simplicidade da interpretação dos problemas, a fragilidade na argumentação e o forte teor de emocionalidade nas suas decisões. Paulo Freire aponta o perigo da transitividade ingênua devido à forte inclinação para a massificação destes indivíduos, pois têm a impressão de estarem libertos, mas agem de modo fanático, o que é característico do irracionalismo sectário. São indivíduos obliterados quanto ao poder de captar a essência. Neles, "a possibilidade de diálogo se suprime ou diminui intensamente e o homem fica vencido e dominado sem sabê-lo, ainda que se possa crer livre" (p. 62). Para que o homem evolua de uma transitividade ingênua para uma transitividade crítica e assim tenha maior capacidade de interpretar problemas, de ser ativo e dialogal, é necessário o apoio educacional. É a partir de uma educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política que o homem terá condições de ter profundidade na interpretação dos problemas, despindo se de preconceitos e atuando ativamente sem negar a transferência da responsabilidade. Essa posição transitivamente crítica implica no retorno à matriz verdadeira da democracia.

No segundo capítulo, cujo título é '*Sociedade Fechada e Inexperiência Democrática*', o autor inicia com um pequeno resumo do capítulo anterior salientando o conceito de sociedade fechada. Em seguida anuncia que para entender nossa formação histórico-cultural é necessário aprender nossas raízes que, no caso brasileiro, é marcada pela inexperiência democrática. Paulo Freire argumenta que o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas. As condições estruturais de nossa colonização não foram favoráveis a construção de uma democracia. Todas as questões envolvendo a supremacia da Coroa, a submissão da colônia a Portugal, a serventia exploratória, o trabalho escravo, os benefícios dados aos donos de Terra, enfim, nunca apontaram para uma intenção dos colonizadores de "criar, na terra descoberta, uma civilização. Interessava-lhes a exploração comercial da terra" (p. 67). Além disso faltou ânimo aos colonos que para cá vieram, faltou lhes integração com a colônia. Suas intenções realmente eram de exploração.

A partir daí, o que se vê é uma colonização que empreendia as grandes propriedades, as fazendas e os engenhos. Terras grandes imensas "doadas às léguas a uma pessoa só, que se apossava delas e dos homens que vinham povoá-las e trabalhá-las" (p. 69). Aos demais, restava uma única maneira de vida que era fazerem-se moradores desses domínios e, por isso, protegidos pelos senhores. São essas as primeiras condições sociais e culturais em que nasceu e se desenvolveu o homem brasileiro, à base do mandonismo, da dependência e do protecionismo. A constituição das primeiras sociedades é, por essa natureza, fechada e antidialogal, empenhada na obediência às ordens e às leis criadas pelos próprios senhores das terras e das gentes.

Todas essas circunstâncias não promoveram experiências e condições de vivência e participação popular na coisa pública. Criou-se a cultura da autoridade externa e dominadora, uma consciência hospedeira da opressão, muito diferente de uma consciência livre e criadora. A exploração econômica, característica da nossa colonização, impossibilitou a criação de uma vivência comunitária: "a grande propriedade absorvente e asfixiante fazia girar tudo em torno de si" (p. 72). A sociedade brasileira acostumou-se ao poder exacerbado de alguns senhores e, por isso, tornou-se submissa. Por exigir uma dose mínima de criticidade, optou pelo ajustamento, pela acomodação e pela não integração, que são características do mutismo. O mutismo, oposto à experiência de autogoverno, não é

CC BY-NC 4.0
e-ISSN 2237-9185

propriamente inexistência de resposta, é resposta em que falta o teor marcadamente crítico. Assim, o autor reitera que tudo foi levado a forjar uma sociedade sem formação democrática. Sem a experiência da participação na sociedade, houve o impedimento de uma formação solidária e democrática. Nas palavras do próprio Paulo Freire:

> Esta foi, na verdade, a constante de toda a nossa vida colonial. Sempre o homem esmagado pelo poder. Poder dos senhores das terras. Poder dos governadores-gerais, dos capitães-gerais, dos vice-reis, do capitão-mor. Nunca, ou quase nunca, interferindo o homem na constituição e na organização da vida comum (p. 74).

A sociedade foi tolhida das experiências democráticas. Nossa inexperiência democrática também foi forjada nas câmaras municipais e Senados cujo funcionamento é precisamente feito na ausência da participação do homem comum. O homem comum não participa do processo eletivo e por isso esperava o surgimento de uma classe de homens privilegiados que governassem a comunidade. No entanto, estes eram os representantes da nobreza, dos engenhos, dos poderosos da terra e dos nobres aqui chegados. "Ao lado, posto à margem, sem direitos cívicos, estava o homem comum, irremediavelmente afastado de qualquer experiência de autogoverno. [...] Nunca, porém, capaz de voz autêntica" (p. 76).

Com a chegada da corte de D. João VI ao Rio de Janeiro em 1808, o país passa a viver uma experiência de progresso. A instalação da imprensa, de museus, escolas e quartéis trazem a esperança de uma vida mais digna. Mas, o que ocorre realmente, é o reforço das tradições antidemocráticas. De efetivo, o que se verifica é a migração do poder, antes pertencente aos proprietários de terras e engenhos, deslocando-se para a cidade, reforçando a criação da burguesia que enriquecia com os lucros do comércio. Tais mudanças poderiam ser fonte das primeiras experiências democráticas. Mas, a manutenção do trabalho escravo e os movimentos de europeização da Colônia somente reforçaram nossa inexperiência democrática. As supressões e as proibições de movimentos e manifestações nativas foram impostas. Éramos uma mentalidade feudal alimentando-se de uma condição econômica e social inteiramente colonial:

> Importamos a estrutura do estado nacional democrático, sem nenhuma prévia consideração a nosso contexto. [...] Importávamos o estado democrático não apenas quando não tínhamos nenhuma experiência de autogoverno, inexistente em toda a nossa vida colonial, mas também e sobretudo quando não tínhamos ainda condições capazes de oferecer ao 'povo' inexperimentado, circunstâncias ou clima para as primeiras experiências verdadeiramente democráticas (p. 79-80).

A partir dessas constatações, Paulo Freire abre uma série de indagações em que questiona onde seria possível buscar as condições para um estado democrático messianicamente transplantado? Afinal, "a democracia que, antes de ser uma forma política, é uma forma de vida, se caracteriza sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem" (p. 81). Uma ação democrática não pode ser copiada ou ressignificada, tem que ser feita com o consentimento do povo e, muito mais que isso, com suas próprias mãos.

Por tudo isso o povo assistiu bestificado a Proclamação da República. Entretanto, depois da Independência, as expansões industriais contribuíram para o desenvolvimento da urbanização. De certo modo estas contribuíram para uma crescente participação nos acontecimentos políticos brasileiros. O golpe de 1964, de certo modo, aponta para as ameaças sentidas pelas forças secretárias que gerenciavam a nação. Era o momento em que o país começava a encontrar-se consigo mesmo e passava a viver quem sabe suas primeiras experiências de participação na democracia brasileira.

CC BY-NC 4.0
e-ISSN 2237-9185

No terceiro capítulo intitulado '*Educação versus Massificação*' o autor salienta querer encontrar respostas no campo da pedagogia para as condições estabelecidas na fase de transição brasileira. Afirma estar convencido de que numa sociedade em 'partejamento', a educação deve ser crítica e criticizadora, uma educação que faça a passagem da transitividade ingênua para a transitividade crítica. Isso seria fundamental para que os indivíduos tenham condições de enfrentar a própria transição, superando emoções e irracionalismos. Paulo Freire afirma que na conjuntura em que vivia o país o desafio era:

> O de conseguir o desenvolvimento econômico como suporte da democracia, de que resultasse a supressão do poder desumano de opressão das classes muito ricas sobre as muito pobres. E de coincidir o desenvolvimento com um projeto autônomo de nação brasileira (p. 87).

No entanto, conforme crescia as reivindicações do povo, quanto mais se falava nas necessidades de reformas e na ascensão do povo ao poder, mais as classes dominantes se aglutinavam na defesa de seus privilégios. A classe média, por exemplo, via na emersão popular uma ameaça à sua posição. Por isso, em meio as alterações profundas e bruscas, era necessária uma reforma urgente do processo educativo, pois "necessitávamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política" (p. 88). Era preciso um sistema que oferecesse uma educação que possibilitasse aos indivíduos a discussão corajosa de seus problemas. Não bastava mostrar aos estudantes que a sociedade é opressora e que se beneficia de injustos privilégios. Era preciso dar condições mentais e intelectuais para que fossem transformados e libertos, resistindo ao comodismo, ao mutismo, ao paternalismo, ao assistencialismo e ao enraizamento. Só podíamos compreender uma educação que fizessem do homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, pois regimes democráticos exigem homens flexíveis, inquietos e permeáveis.

Paulo Freire relata que a falta desta permeabilidade gera um descompasso na democracia devido à falta de percepção da mudança e a rigidez mental intrínseca dos processos educativos hegemônicos. Tais características reforçam o sentimento de exclusão dos indivíduos, que, por sua vez, se massificam. E assim, excluídos de decisões que são tomadas pelas minorias do poder, passam a ser comandados. É por isso que o autor relata o sentimento de uma democracia em aprendizagem marcada pela inexperiência democrática. Destaca também que nas mudanças em que o país vivia nessa fase de transitividade, com forte contribuição da cultura e das tecnologias, emergia o fenômeno da rebelião popular. Embora enaltecesse o espontaneísmo das rebeliões, reconhece que essas são ingênuas e carregadas de terror emocional e por isso há necessidade de transformá-las em inserção.

Após ressaltar essas características, afirma estar convencido que o homem brasileiro teria que ganhar maior responsabilidade social e política e, desta forma, participar intensamente da vida em coletividade, aprendendo democracia ao fazer democracia. Por isso, insiste na "necessidade de uma educação corajosa [...]. De uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço" (p. 93). E complementa:

> Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação. [...] a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude (p. 93-94).

No entanto a educação a que Paulo Freire se refere não é aquela centrada na palavra e desconectada da realidade. O próprio autor reconhece que nossa educação não desenvolve no estudante o gosto

CC BY-NC 4.0
e-ISSN 2237-9185

da pesquisa, da constatação, e da 'revisão' dos achados. Se isso fosse estimulado, haveria a possibilidade de desenvolvimento da consciência transitivo-crítica. Entretanto, em função da nossa inexperiência democrática, incorremos na ênfase aos discursos e no gosto das palavras vazias. E ao manter esse cenário, assumimos a ausência de permeabilidade da consciência crítica. E quanto menos criticidade, mais ingenuamente tratamos os problemas e mais superficialmente discutimos assuntos da sociedade. Com uma educação assim não seria possível formar homens que se integrassem no impulso da democratização.

O quarto e último capítulo do livro, '*Educação e Conscientização*', inicia afirmando que os déficits na educação Brasileira levaram o desenvolvimento do país a apresentar problemas. O número de crianças em idade escolar que não tinham escola e a grande taxa de analfabetismo eram exemplos destes problemas. Por outro lado, o autor reconhece ter acumulado conhecimento na educação de adultos, pois por quinze anos sua equipe vinha adquirindo experiências, métodos, técnicas e processos de comunicação. Os projetos realizados no Movimento de Cultura Popular do Recife foram fundamentais no amadurecimento de suas convicções. Por meio do Projeto de Educação de Adultos foi possível lançar duas instituições básicas de educação e de cultura popular: o Círculo de Cultura e o Centro de Cultura.

Em relação ao Círculo de Cultura, os procedimentos incluíam debates em grupo com o objetivo de entender situações cotidianas. O próprio coletivo sugeria os temas para o debate que, por sua vez, eram acrescidos de outros e mediados por esquemas visuais. Os resultados sugeriram que o método pudesse ser usado para a alfabetização. Paulo Freire afirma que desde o início a ideia de uma alfabetização mecânica estava descartada: "Desde logo, pensávamos a alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, na emersão que fizera no processo de nossa realidade" (p. 103).

Dessa forma, o autor argumenta que o ponto de partida foi a posição natural do homem como um ser indagador, um sujeito que independente de ser alfabetizado ou não, trava relações permanentes com o mundo. Ocorre que essas relações são dadas a partir da consciência crítica, ingênua ou mágica. A consciência crítica está relacionada ao entendimento ou à representação da natureza e dos fatos de forma correlacionada com suas causas e circunstâncias. A consciência ingênua, por sua vez, é aquela que se vê superior aos fatos e faz o julgamento livre, entendendo-os conforme melhor lhe agradar. Já a consciência mágica não se julga livre para entender os fatos como melhor lhe convier, mas os vê com um poder superior o que submete os sujeitos à docilidade. O que Paulo Freire pretendia com o seu método de alfabetização, era propor uma educação que colaborasse na indispensável organização reflexiva do pensamento. Ele via a necessidade de uma educação que permitisse a construção de meios e dispositivos capaz de "superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma dominantemente crítica" (p. 106). Tal preocupação era imprescindível para o combate à inexperiência democrática e à promoção dos sujeitos da condição de transitividade ingênua à crítica evitando assim a sua massificação.

Frente a tudo isso, o autor se pergunta: como realizar essa educação? Como superar suas atitudes mágicas ou ingênuas? A resposta certamente deveria estar num método que fosse ao mesmo tempo ativo, dialogal, crítico, criticizador e participante, com modificação nos conteúdos programáticos. A partir daí o autor tece conceitos acerca do diálogo e do antidiálogo e acrescenta que o conteúdo deveria estar inspirado no conceito antropológico de cultura: "A cultura como o resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. [...] A cultura como aquisição sistemática da experiência

CC BY-NC 4.0
e-ISSN 2237-9185

humana" (p. 108). Era a partir dessa condição que os estudantes, mesmo analfabetos, perceberiam que têm um ímpeto de criação e recriação. Que sua cultura popular também é obra. Enfim, que cultura é toda a criação humana.

Dessa forma, Francisco Brennand, amigo do autor, pintou algumas gravuras ilustrando situações cotidianas. O coordenador dos debates apresentava as gravuras e mediava as discussões em que os analfabetos descodificavam e comentavam os elementos presentes nestas situações costumeiras. Paulo Freire apresenta exemplos em que os estudantes se reconhecem como agentes culturais e esse é um passo importante que abre perspectivas para o início da alfabetização, a contextualização para ação. Eles próprios apreendem a necessidade de aprender a ler e escrever. Esses são elementos que fazem o autor concluir que a alfabetização não poderia ser feita de cima para baixo, na forma de doação ou imposição, mas, ao contrário, uma ação de dentro para fora, realizada pelo próprio analfabeto. O método deveria ser algo completamente oposto às cartilhas que justamente fazem a doação de sinalizações gráficas, colocando o analfabeto na condição de objeto e não na de sujeito de sua alfabetização. A partir daí são apresentadas as cinco fases do método de alfabetização:

1. Levantamento do universo vocabular dos grupos com que se trabalha: através de visitas à população e encontros informais com os moradores são recolhidas palavras do uso popular e cotidiano;

2. A segunda fase é constituída pela escolha das palavras, selecionadas do universo vocabular pesquisado: após recolher palavras do uso popular e cotidiano usava-se critérios semióticos e semânticos para a escolha de algumas que seriam usadas na fase seguinte. São as palavras geradoras;

3. A terceira fase consiste na criação de situações existenciais típicas do grupo com quem se vai trabalhar: são circunstâncias que contêm elementos capazes de promover o debate de problemas que podem ser locais, regionais ou nacionais. As palavras geradoras são inseridas nessas situações;

4. A quarta fase consiste na elaboração de fichas-roteiro, que auxiliem os coordenadores de debate no seu trabalho. Estas fichas-roteiro devem ser meros subsídios para os coordenadores, jamais uma prescrição rígida a que devam obedecer e seguir;

5. A quinta fase é a feitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores.

Há uma grande dificuldade, bem como um alto senso de responsabilidade, na preparação dos coordenadores. A dificuldade não é técnica, mas consiste em aparelhar o mediador para que consiga manter uma atitude dialógica durante todo o processo de alfabetização. Os materiais coletados nestas etapas são posteriormente confeccionados em slides, stripp-filmes[2] ou cartazes.

Passado todo esse procedimento, inicia-se a execução prática do método de alfabetização. Primeiramente, apresenta-se a palavra geradora para que seja visualizada tanto ela quanto o objeto a que se refere. Em seguida, a palavra é mostrada sem o objeto que nomeia e, por fim apresentada em sílabas separadas, os seus 'pedaços'. Cada uma dessas sílabas é estudada de forma independente.

[2] Provavelmente a tentativa de aportuguesar a expressão filmstrip, uma forma de mídia usada como recurso educacional que consistia em rolos de filme positivo de 35 mm com imagens que podiam ser projetadas em telas ou paredes claras por meio de um equipamento específico. Na década de 1980 tal tecnologia foi suplantada pela invenção do videocassete.

CC BY-NC 4.0
e-ISSN 2237-9185

A intenção não é a memorização. No texto, o autor exemplifica essa execução prática com a palavra 'tijolo' para elucidar que o conjunto de famílias de cada uma das sílabas forma a ficha da descoberta. O autor salienta que um a um os estudantes vão fazendo palavras a partir da combinação das sílabas que estão à disposição. A tarefa de casa é trazerem o máximo de vocábulos que conseguirem criar: "Não importa que traga vocábulos que não sejam termos. O que importa, no dia em que põe o pé neste terreno novo, é a descoberta do mecanismo das combinações fonêmicas" (p. 118).

A intenção era estender e aprofundar a proposta. Se o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura sob a coordenação do autor não tivesse sido extinto depois do golpe militar, mais de 20 mil Círculos de Cultura estariam funcionando no país em 1964. O próprio Paulo Freire cita que seu grupo encarava a educação como um esforço de libertação do homem e não como um instrumento a mais da sua dominação. Ao final do capítulo relata que à medida que falavam à juventude brasileira, aos homens simples do povo, a intelectuais e a especialistas, recebiam acusações ridículas a que não davam atenção. O que realmente amargurava era a ameaça dos irracionalismos à construção da educação democrática.

O livro se encerra com um apêndice em que são apresentadas as dez gravuras que auxiliavam o entendimento de conceito de cultura juntamente com alguns comentários. As imagens não são as originais do pintor Francisco Brennand (que é escrito sem a dobra do 'n') pois estas foram apreendidas e, por isso, foi solicitado a Vicente de Abreu que as refizessem. Não são cópias das originais, mas imagens que repetem a temática. Após a apresentação das gravuras e comentários, são mostradas às 17 palavras geradoras que foram utilizadas nos Círculos de Cultura do estado do Rio e da Guanabara juntamente com algumas das possíveis dimensões da realidade em que eram analisadas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um encontro com a pedagogia do oprimido. 32 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

Submissão: 01/10/2025

Aceito: 14/10/2025

[i] A resenha está baseada na edição original de Educação como Prática da Liberdade de 1967 e, por isso, apenas o número da página será mostrado nas citações.

[ii] Em seu livro 'Pedagogia da Esperança', Freire reconhece o equívoco de ter usado uma linguagem machista em 'Educação como Prática da Liberdade' e em 'Pedagogia do Oprimido'. O autor conta que recebeu inúmeras cartas de mulheres assim que Pedagogia do Oprimido foi lançado nos Estados Unidos entre o final de 1970 e o início de 1971 e, por isso, escreveu: "A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas, é uma forma colonial de tratá-la, incomparável, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa" (Freire, 2022, p. 94).